

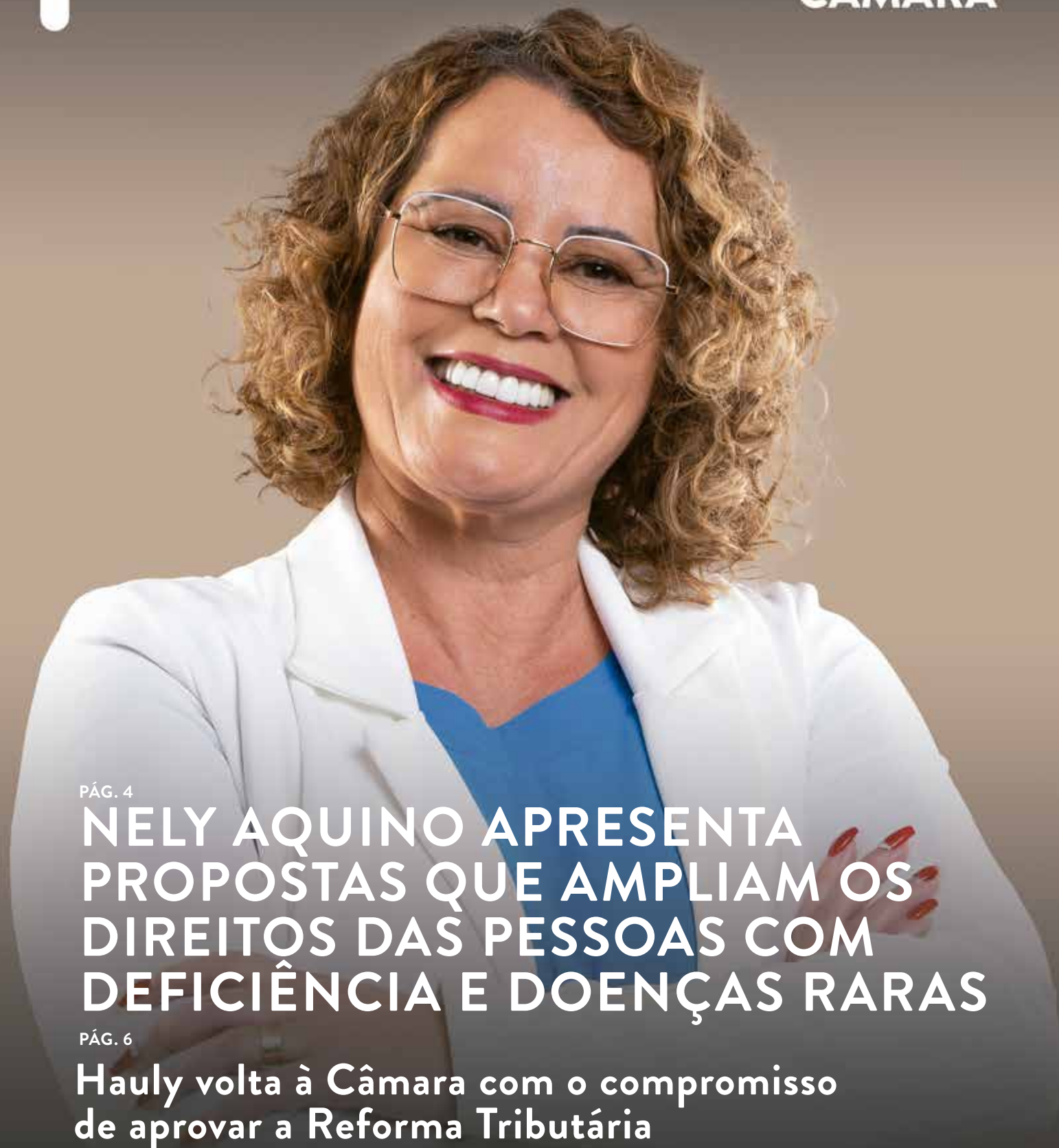


INFORMATIVO

JUNHO | 2023

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**NELY AQUINO APRESENTA
PROPOSTAS QUE AMPLIAM OS
DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA E DOENÇAS RARAS**

PÁG. 6

**Haully volta à Câmara com o compromisso
de aprovar a Reforma Tributária**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Fabio Macedo (MA)

Presidente Nacional do Podemos:
deputada federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Marcus Deois

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:
Danilio Oliveira, Lola Nicolás, Fabíola Salvador, Gabriel Tiveron, Marcilene Maia, Brunna Morais, Tullio Damin Da Sois, Elloá Urbano, George Pacífico, Brenda Rodrigues, Vicente Bezerra, Ana Luiza Iacomini, Vinicius Loures, João Rafael, Samuel Sudré, Raquel Vasconcelos, Paula Abad, Rafaella Panceri, Gabriel Cruz, Tikkho Maciel, Sérgio Lima e Robert Alves.

SUMÁRIO

- 4** Nely Aquino apresenta propostas que ampliam os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras
- 6** Haully volta à Câmara com o compromisso de aprovar a Reforma Tributária
- 8** A verdade é o norte de Mauricio Marcon na CPMI do 8 de janeiro
- 10** Gambale quer instalação de câmeras em estádios para combater racismo e vandalismo
- 12** Sargento Portugal garante inclusão de dados sobre autismo e TDAH no censo
- 14** Projeto de lei busca aumentar prazo para contratos de empresas estatais
- 16** Medida provisória garante Seguro Defeso e Bolsa Família a pescadores artesanais
- 18** Glaustin assume vice-presidência da Frente Parlamentar de Proteção às Pessoas Autistas
- 20** Ruy defende ampliação de descontos para carros populares e mais investimentos em ações sustentáveis
- 22** Câmara aprova projeto que amplia recursos do Fundo de Nacional para Calamidades Públicas
- 24** Igor Timo defende rigor para investigar esquema da pirâmide financeira das criptomoedas no Brasil
- 26** Projeto de Renata Abreu aplica castigo penal mais severo contra a violência escolar
- 28** Líder propõe aumento da pena de crimes de injúria racial em competições esportivas
- 30** Vitória! Bruno Ganem tem emenda aprovada em defesa dos animais na Câmara dos Deputados
- 32** Romero Rodrigues avalia audiência com ministra na Comissão de Turismo
- 34** ARTIGO - São João do Nordeste resiste, mas precisa de investimentos

A woman with curly blonde hair and black-rimmed glasses is speaking into a microphone. She is wearing a light pink button-down shirt. The background is blurred, showing other people in a meeting or conference setting.

“É fundamental a implementação de medidas que reduzam os obstáculos enfrentados diariamente por pessoas com deficiência”

NELY AQUINO APRESENTA PROPOSTAS QUE AMPLIAM OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOENÇAS RARAS

Aumento da inserção de pessoas com deficiências em concursos públicos e a prioridade no programa 'Minha Casa, Minha Vida' para as pessoas com doenças raras, são propostas assinadas pela deputada do Podemos

Duas iniciativas legislativas, uma emenda e um projeto, que têm o objetivo de ampliar direitos e a plena inclusão social de pessoas com deficiência e doenças raras, foram apresentadas pela deputada Federal Nely Aquino, do Podemos Minas Gerais, na Câmara dos Deputados nesta legislatura (2023-2026). A primeira foi a emenda à Medida Provisória (MP) 1.162/2023, para que as famílias, que tenham pessoas com doenças raras, sejam priorizadas no acesso às unidades habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida” e a segunda foi o projeto que estabelece a alteração da Lei Federal 8.112/90 e propõe percentual mínimo de 10% das vagas em concursos públicos para pessoas com deficiência.

Já aprovada pelo Senado (14/6), a MP do “Minha Casa, Minha Vida” apresenta programa que vai garantir às classes menos privilegiadas o acesso à moradia edificadas seguindo parâmetros de construções sustentáveis e também visa ampliar a oferta de empregos no setor e, desse modo, reduzir as desigualdades sociais e regionais verificadas pelo País. Dentre as mudanças do novo Programa, está a emenda apresentada pela deputada Nely Aquino que garante prioridade do acesso à moradia para famílias que tenham em sua estrutura pessoas com deficiências, idosos e portadores de doenças crônicas, raras ou degenerativas. O texto segue agora para a sanção presidencial.

Outra ação importante para a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, e que tramita na

Câmara dos Deputados, é o Projeto de Lei 3.033/2023, protocolado no mês de junho pela parlamentar. A proposta assegura o mínimo de 10% das vagas em concursos públicos para pessoas com deficiência. “A alteração da lei atual se faz necessária para estabelecer um percentual mínimo. A Lei 8.112/90 estabelece o percentual máximo de 20%, mas não o mínimo, fazendo com que a maioria dos concursos reservem, em sua maioria, apenas 5% ou menos. Nosso projeto amplia a oferta de vagas”, justificou.

Ainda de acordo com a parlamentar, a alteração da lei é uma questão de justiça social, para assegurar que mais pessoas com deficiência consigam entrar no mercado de trabalho. “Sabemos dos inúmeros desafios que eles apresentam no dia a dia, tais como trabalhar, frequentar aulas regulares de educação, locomover-se, cuidar da família, entre outros. Alguns exemplos são: pessoas amputadas, paraplégicas, tetraplégicas e/ou cegas.”

A deputada argumenta que as propostas vão ao encontro do objetivo do mandato, que é efetivar o direito fundamental de liberdade para todos aqueles que se encontram em um estado de deficiência. Ela acrescenta que os problemas no acesso aos serviços, representa a desigualdade de direitos sociais, imposta aos portadores de deficiência, o que deve ser combatido. “É fundamental a implementação de medidas que reduzam os obstáculos enfrentados diariamente por pessoas com deficiência”, acrescentou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

HAULY VOLTA À CÂMARA COM O COMPROMISSO DE APROVAR A REFORMA TRIBUTÁRIA

Com a experiência de quem cumpriu sete mandatos na Câmara Federal, destacando-se sempre entre “Os Cabeças do Congresso”, o deputado federal Luiz Carlos Hauly, do Podemos Paraná, assumiu a cadeira em substituição ao Dr. Deltan Dallagnol, e seu principal compromisso é o de continuar a luta pela aprovação da Reforma Tributária. Economista, duas vezes Secretário da Fazenda do Paraná, há mais de 30 anos Hauly estuda e batalha pela aprovação desta matéria que ele entende ser fundamental para corrigir inúmeras distorções do pior sistema tributário do mundo, e alavancar o crescimento econômico do Brasil.

No final de 2018, na condição de relator da Comissão Especial da Reforma Tributária (PEC 293/04), Hauly conseguiu aprovar por unanimidade o seu relatório, mas como já era o final daquela legislatura, não houve prazo para que a proposta fosse votada em Plenário. Para elaborar esse relatório e o mesmo tivesse alcance e apoio nos mais diversos setores, naquele período Hauly liderou dezenas de reuniões técnicas e palestras por todo o País. Inclusive o Senado, na legislatura passada, aproveitou a PEC 293/04 e a transformou na PEC 110/2019, que ainda está em tramitação naquela Casa.

Hauly costuma lembrar em suas palestras que é um defensor da Reforma Tributária desde 1987. Foi naquele ano que ele, então Secretário da Fazenda do Paraná no Governo

Álvaro Dias, firmou um convênio com a Secretaria da Fazenda de Berlim e passou a conhecer o modelo tributário alemão. Em 1991, ele apresentou a primeira PEC pela Reforma Tributária. Como não conseguiu fazer avançar esse projeto, ele então começou a trabalhar na criação do Simples e do MEI, os quais promoveram uma verdadeira revolução na expansão dos pequenos negócios no Brasil.

A reforma política é uma outra prioridade de Hauly nesse novo mandato. Na visão dele, o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo e também o pior sistema eleitoral do mundo. “O voto proporcional é completamente fora da realidade de hoje. Minha defesa é pelo voto distrital, puro ou misto. É inaceitável essa figura de um presidente da República imperial, como é hoje. A maioria dos países do mundo tem semipresidencialismo. Uma pessoa só não dá conta de ser chefe de Estado e chefe de governo. Evoluir o sistema é necessário. Com um primeiro-ministro, poderíamos trocar um governo que não vai bem, que teve casos de corrupção, sem criar tantos traumas. As cassações dos presidentes Collor e Dilma trouxeram prejuízos irreparáveis para a nossa economia”, justificou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Principal compromisso é o de continuar a luta pela aprovação da Reforma Tributária”

A close-up photograph of a man with short brown hair and a beard, wearing a dark suit, light blue shirt, and a patterned tie. He is looking slightly to the right and speaking into a black microphone. The background is a plain, light-colored wall.

“O importante na CPMI é a busca pela verdade. Temos que investigar todos os aspectos dos atos, desde o vandalismo e suas motivações, até eventuais abusos e omissões de autoridades públicas”

A VERDADE É O NORTE DE MAURICIO MARCON NA CPMI DO 8 DE JANEIRO

Com a abertura dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos do 8 de janeiro, o foco de atuação do deputado federal Mauricio Marcon, do Podemos Rio Grande do Sul, passou cada vez mais a se centrar na mesma.

“O importante na CPMI é a busca pela verdade. Temos que investigar todos os aspectos dos atos, desde o vandalismo e suas motivações, até eventuais abusos e omissões de autoridades públicas”, defende o parlamentar.

Encontrar a verdade dos fatos por completo, porém, não é somente o norte de atuação de Marcon, mas também uma séria preocupação em relação à condução da CPMI.

Composta majoritariamente por parlamentares ligados ao atual governo e com a relatoria ficando a cargo de uma velha aliada do atual ministro da Justiça do governo Lula, corre-se o risco da Comissão ser utilizada pelos governistas e seus aliados para emplacar uma narrativa fechada, limitada e pré-determinada por eles próprios.

Em detrimento da verdade, tal construção de narrativa politicamente instrumentalizada serviria para buscar a rotulação do campo inteiro da direita política como “criminosa”, além de tirar o foco em especial de eventuais falhas e omissões por parte do próprio governo federal ao lidar com os atos - este avisado seguidas vezes pelas autoridades policiais e de inteligência a respeito da tempestade à vista.

É precisamente contra essa instrumentalização da CPMI que o deputado Mauricio Marcon se posicionou nas duas primeiras reuniões da Comissão, e essa será a forma pela qual seus esforços serão empreendidos nos próximos meses.

O povo brasileiro não merece nada menos do que a verdade sobre o 8 de janeiro.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

GAMBALE QUER INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM ESTÁDIOS PARA COMBATER RACISMO E VANDALISMO

A luta contra o racismo ganha mais um reforço com a defesa do deputado federal Rodrigo Gambale, do Podemos São Paulo, que apresentou projeto para que todos os estádios de futebol, ginásios, arenas e demais locais de competições de esportes profissionais credenciados para realização de jogos ou competições oficiais sejam obrigados a utilizar sistemas de videomonitoramento ou reconhecimento facial. A medida é para aumentar a segurança e reduzir casos de vandalismo.

O parlamentar lembrou que o uso da tecnologia pode colaborar para identificar pessoas responsáveis por atos racistas e demais violências.

“A ideia do projeto é, justamente, aumentar a segurança dentro dessas áreas, reduzir os casos de vandalismo, além de gestos e atos de racismo. Se faz mais que necessário combater esses ataques através de conscientização, identificação e, claro, as

punições cabíveis. A cor de uma pessoa não pode, jamais, colocar sua segurança, bem-estar e saúde mental em risco”, destacou Gambale.

Na justificativa da proposta, o deputado esclareceu que “o sistema de vigilância por câmeras e os programas decodificadores irão proteger os dados dos usuários, tudo em acordo com a previsão da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)”. Sancionada em 2018 e em vigor desde 2020, a LGPD estabelece regras sobre qualquer atividade que pode ser realizada com dados pessoais, desde a coleta, armazenamento, compartilhamento e descarte, visando mais proteção para os cidadãos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

A close-up, profile view of a man with dark hair, wearing a dark suit, a light-colored checkered shirt, and a red tie. He is looking upwards and to the left with a serious expression. The background is dark and out of focus.

“A cor de uma pessoa não pode, jamais, colocar sua segurança, bem-estar e saúde mental em risco”



“O acesso a diversos dados populacionais pode favorecer a construção de indicadores úteis no processo de criação, implementação, avaliação e correção das políticas”

SARGENTO PORTUGAL GARANTE INCLUSÃO DE DADOS SOBRE AUTISMO E TDAH NO CENSO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara aprovou substitutivo do deputado Sargento Portugal, do Podemos do Rio de Janeiro, para inclusão do Transtorno do Espectro Autista, do Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, da dislexia, de doenças raras e de visão monocular nas pesquisas dos censos populacionais.

O objetivo é fazer o levantamento nacional dos casos diagnosticadas destas condições. Os censos demográficos são realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao justificar a importância da ação, o deputado lembra que a realização dos censos demográficos é essencial para o direcionamento de políticas públicas e priorização dos gastos governamentais.

“O acesso a diversos dados populacionais pode

favorecer a construção de indicadores úteis no processo de criação, implementação, avaliação e correção das políticas voltadas a diferentes parcelas da população”, completa.

A proposta aprovada dá prazo de 360 dias, após a publicação, para a lei entrar em vigor. As novas regras são inseridas na Lei 7.853/89, que dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência.

A lei já prevê a inclusão de questões sobre o TEA nos censos populacionais realizados a partir de 2019.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

PROJETO DE LEI BUSCA AUMENTAR PRAZO PARA CONTRATOS DE EMPRESAS ESTATAIS

O deputado federal Dr. Víctor Linhalis, do Podemos Espírito Santo, apresentou o Projeto de Lei nº 2905/23, que propõe alterações na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Estatuto das Empresas Estatais. O objetivo é permitir que as empresas estatais mantenham contratos continuados por período superior ao praticado, visando adequar o atendimento às necessidades dessas e promover maior eficiência no mercado.

O projeto propõe a alteração do Art. 71 da Lei nº 13.303/2016, que trata da duração dos contratos regidos por essa legislação. De acordo com a proposta, os contratos não poderão exceder a 10 anos, contados a partir da sua celebração. No entanto, será permitida a pactuação por prazo superior a 10 anos nos casos em que isso seja uma prática comum no mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

O projeto também estabelece que os contratos por prazo indeterminado serão vedados e que o prazo máximo poderá ser observado para a prorrogação de contratos

atualmente em vigor, celebrados antes da alteração da lei, independentemente de previsão em edital, contrato de origem ou regulamentos.

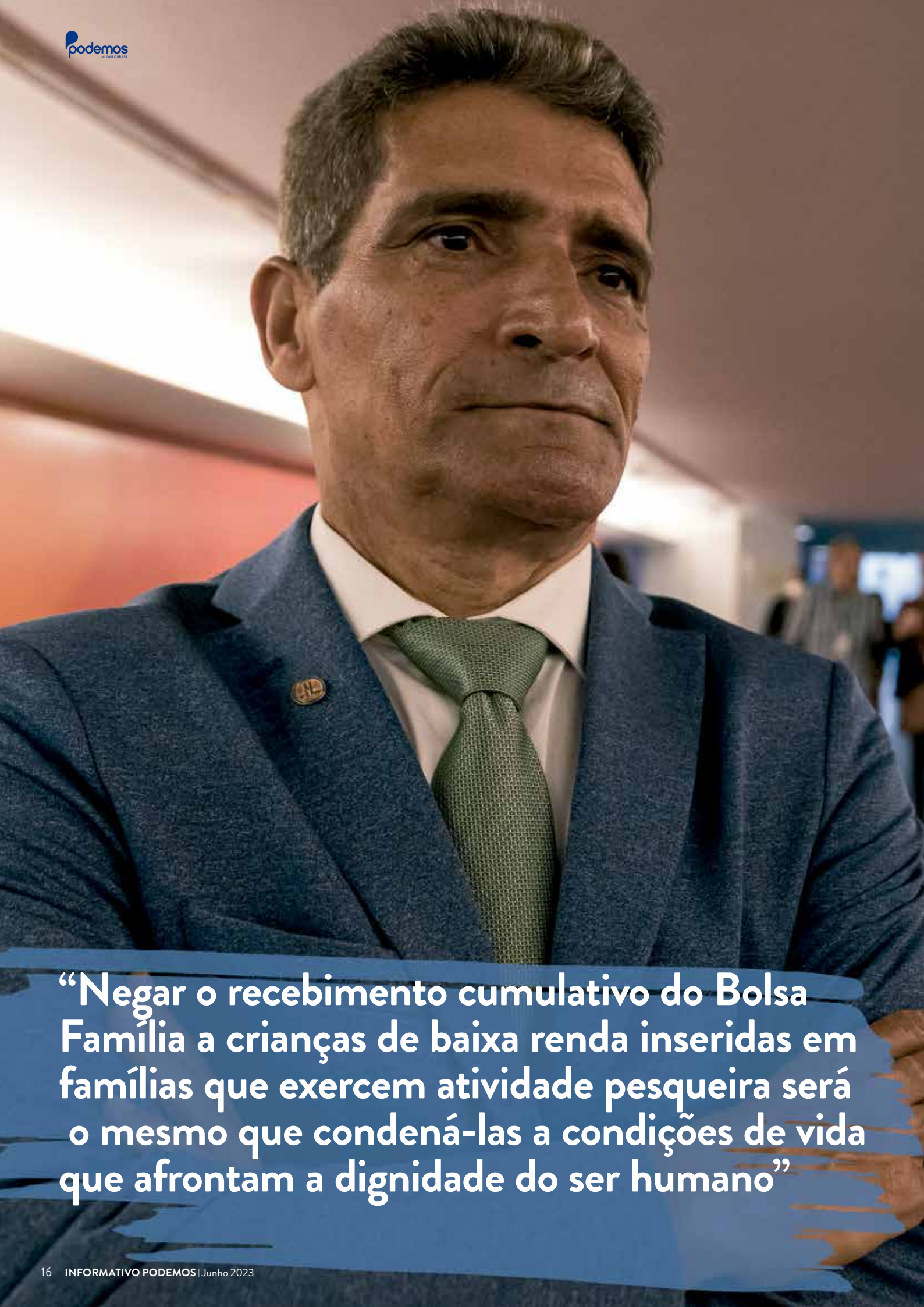
A justificativa do projeto destaca a necessidade de compatibilizar as previsões da Lei 13.303/2016 com as melhorias promovidas pela Lei 14.133/2021, conhecida como Lei Geral das Licitações. A proposta busca oferecer mais flexibilidade e ferramentas para que as empresas estatais possam competir adequadamente nos mercados em que atuam, mantendo-se dentro dos princípios da administração pública.

Caso aprovado, o Projeto de Lei nº 2905/2023 entrará em vigor na data de sua publicação, promovendo alterações significativas no Estatuto das Empresas Estatais e beneficiando as empresas estatais ao permitir contratos continuados de maior duração.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“O objetivo é permitir que as empresas estatais mantenham contratos continuados por período superior ao praticado”



“Negar o recebimento cumulativo do Bolsa Família a crianças de baixa renda inseridas em famílias que exercem atividade pesqueira será o mesmo que condená-las a condições de vida que afrontam a dignidade do ser humano”

MEDIDA PROVISÓRIA GARANTE SEGURO DEFESO E BOLSA FAMÍLIA A PESCADORES ARTESANAIS

A Medida Provisória 1164/2023, que trata do pagamento do Bolsa Família, foi publicada no dia 30 de maio. A aprovação do texto pelo Senado Federal contempla o setor pesqueiro artesanal, que também passa a receber o pagamento do Seguro Defeso sem interrupção ou suspensão dos benefícios. Um dos principais articuladores é o deputado federal baiano, Raimundo Costa (Podemos). A matéria segue para sanção presidencial.

A nova alteração no texto da MP 1164/2023 vai permitir que o pescador receba o pagamento do Bolsa Família e Seguro Defeso no mesmo período.

De acordo com o texto publicado, para fazer jus ao benefício, o pescador não poderá estar em gozo de nenhum benefício decorrente de benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, com exceção de pensão por morte, auxílio acidente e transferências de renda.

“Negar o recebimento cumulativo do Bolsa Família a crianças de baixa renda inseridas em famílias que exercem atividade pesqueira será o mesmo que condená-las a condições de vida que afrontam a dignidade do ser humano, ferindo de morte nossa Constituição”, comentou o autor do projeto, Raimundo Costa.

Atualmente no Brasil, segundo dados do Ministério da Cidadania, o antigo programa Auxílio Brasil,

batizado pelo Governo anterior, e atualmente Bolsa Família, atende um total de 20,2 milhões de famílias, sendo que deste total, 9,4 milhões se encontram na região nordeste do país.

“O Bolsa Família busca fortalecer o vínculo da criança com os estudos, e garantindo, também, uma melhor nutrição. Por outro lado, o Seguro Defeso da pesca artesanal, visa compensar o trabalhador da pesca em decorrência da proibição, pelo Estado brasileiro, de exercer sua atividade laboral”, explicou o parlamentar.

ARTICULAÇÕES

Em 2019, Raimundo Costa, apresentou o Projeto de Lei 5924/2019 que permitia a continuidade do recebimento do Bolsa Família mediante compensação com o seguro-desemprego no período do Defeso. Já em 2022, apresentou o PL 2805/2022 com o objetivo de reparar uma injustiça histórica para milhares de trabalhadores da pesca em todo o Brasil desde 2015, quando aprovada a Lei no 13.134/2015 que, dentre outros temas, vedou o recebimento cumulativo do Seguro Defeso do pescador artesanal e do Bolsa Família. O projeto aguarda apreciação do Plenário.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

GLAUSTIN ASSUME VICE-PRESIDÊNCIA DA FRENTE PARLAMENTAR DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS AUTISTAS

A luta por mais inclusão e respeito ganhou espaço dentro do Congresso Nacional com o lançamento, na última semana de maio, da Frente Parlamentar de Proteção às Pessoas Autistas, que tem como vice-presidente o deputado federal Glaustin da Fokus, do Podemos Goiás.

“Essa frente parlamentar é uma demanda antiga das famílias atípicas e uma vitória histórica para a comunidade autista, que, a partir de agora, se junta a nós no esforço e na missão de aperfeiçoar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, diz o parlamentar.

Vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência já em seu primeiro ano de mandato, Glaustin assumiu a bandeira da conscientização ainda em 2019, após conhecer o adolescente Augusto Mangussi, diagnosticado no TEA e destaque nacional em artes plásticas.

“Estou na causa autista de alma e coração desde então e posso dizer que essa amizade com o Augusto me transformou em um deputado federal melhor, porque me inspirou a estudar e, assim, compreender questões essenciais para construir um mundo mais acolhedor e respeitoso”, afirma Glaustin.

Junto à advogada e ativista Larissa Lafaiate, mãe de Augusto e presidente estadual do Podemos Mulher, o deputado goiano elaborou matérias como o Projeto de Lei 630/2021, que obriga o poder público a fomentar

campanhas e programas de saúde e educação específicos para autistas. Hoje, segundo o parlamentar, a legislação ainda não leva em conta as peculiaridades de pessoas com TEA e tampouco os avanços científicos da área.

Glaustin é coautor da Lei 14.454, que, aprovada e sancionada em 2022, ampliou a cobertura dos planos de saúde no Brasil. “A minha contribuição foi dar voz a mães de autistas e outros pacientes em tratamento contínuo”, lembra o deputado. “Só elas sabem a urgência de garantir serviços médicos essenciais para as vidas de seus filhos, em especial pessoas com deficiência.”

A nova frente parlamentar reúne o apoio de 210 deputados federais e tem como objetivos conscientizar a população para combater o preconceito, atualizar a legislação e elaborar políticas públicas para melhorar o atendimento às pessoas com autismo dentro de escolas e ambientes de trabalho.

O Transtorno do Espectro Autista é uma disfunção neurológica cujos sintomas englobam condições marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem se manifestar em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldades de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação, entraves de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Essa frente parlamentar é uma demanda antiga das famílias atípicas e uma vitória histórica para a comunidade autista”



“Nada mais justo do que as montadoras utilizarem 1% desses recursos para diminuir a poluição a médio e longo prazo”

RUY DEFENDE AMPLIAÇÃO DE DESCONTOS PARA CARROS POPULARES E MAIS INVESTIMENTOS EM AÇÕES SUSTENTÁVEIS

A ampliação dos descontos para veículos populares e o incentivo à sustentabilidade estão sendo defendidos pelo deputado federal Ruy Carneiro no Congresso Nacional. O parlamentar apresentou duas emendas à Medida Provisória 1175/2023, que tem como objetivo promover o acesso da população a novos veículos, estimular a indústria automotiva e impulsionar a economia do Brasil.

Na prática, uma das emendas de Ruy pode ampliar consideravelmente o número de veículos beneficiados com os descontos. “Apresentei duas propostas para melhorar a medida provisória dos carros populares. Essas simples melhorias vão ajudar muito a população. Primeiro, queremos aumentar a abrangência do projeto, dando descontos a mais veículos. Com isso, mais brasileiros e brasileiras poderão ter acesso ao carro novo com preços menores”, destacou.

De acordo com o deputado, a segunda emenda

pretende implantar uma contrapartida para que as montadoras invistam no mínimo 1% do faturamento em pesquisas e no desenvolvimento de veículos sustentáveis. “Já que a medida provisória vai aumentar a procura por carros, o setor vai ficar mais aquecido. Nada mais justo do que as montadoras utilizarem 1% desses recursos para diminuir a poluição a médio e longo prazo. Assim, a gente vai deixar os carros mais acessíveis para a população e também pensar no futuro do nosso planeta”, concluiu.

Emenda, para aumentar a abrangência do desconto a mais carros, propõe basicamente a diminuição da nota máxima exigida para obter os descontos. Essa classificação foi detalhada pelo Governo Federal no próprio texto da MP. A matéria será avaliada por uma Comissão Mista, antes das votações na Câmara e no Senado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

CÂMARA APROVA PROJETO QUE AMPLIA RECURSOS DO FUNDO DE NACIONAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS

O Podemos deu mais um passo para garantir o acesso das pessoas mais vulneráveis à moradia e para prevenir desastres naturais, com a aprovação pelo plenário do Projeto de Lei (PL) 920/2023, de autoria de Gilson Daniel e relatoria de Dr. Victor Linhalis, ambos do Podemos do Espírito Santo.

A proposta amplia a fatia de recursos para o Fundo de Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap). O Funcap também será usado como fonte de recursos para o Minha Casa, Minha Vida, MCMV. “É importante que possam ser construídas casas para famílias que moram nas áreas de risco com recursos do fundo. Com a aprovação, o Funcap terá recursos para prevenção de desastres que atingem a vida”, afirma o autor.

Na semana passada, quando da aprovação da MP com novas regras para o MCMV, quatro sugestões do deputado Gilson Daniel foram acatadas. Uma delas foi a inclusão de objetivos para o fortalecimento de ações de prevenção, mitigação e preparação de resposta de desastre como objetivo do programa, ou seja, as duas propostas são complementares.

No caso do Funcap, aprovado nesta terça-feira (13), o fundo receberá parte das multas por crimes e

infrações ambientais e 5% dos recursos de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais.

Nesses casos, os valores deverão ir para fundos estaduais e municipais constituídos para executar ações de prevenção em áreas de risco de desastre e recuperação de áreas atingidas, como no município de Mariana (MG).

“Como bem demonstrado pelo autor na justificativa da proposição, mesmo já existindo há quase 55 anos, o Funcap nunca dispôs de fundos para aplicar em ações de prevenção e reparação, o que este projeto ora busca suprir”, afirma o relator.

De acordo com dados do IBGE, 59% dos municípios ainda não contam com qualquer instrumento de gestão de risco para desastres naturais.

“São aproximadamente 3,3 mil municípios sem qualquer instrumento para prevenção, preparação, resposta e recuperação de desastres naturais. Precisamos canalizar recursos ao fundo e munir os municípios com as condições necessárias para a gestão de desastres naturais”, completa o autor.

 O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Precisamos canalizar recursos ao fundo e munir os municípios com as condições necessárias para a gestão de desastres naturais”



“O golpe é aplicado para atrair pessoas que sustentam o esquema da pirâmide. Temos que cortar este mal pela raiz”

IGOR TIMO DEFENDE RIGOR PARA INVESTIGAR ESQUEMA DA PIRÂMIDE FINANCEIRA DAS CRIPTOMOEDAS NO BRASIL

O parlamentar mineiro integra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai apurar e investigar 11 empresas que estão usando a moeda digital para aplicar golpes no mercado

O mercado financeiro está sempre inovando no tipo de moeda que pode ser utilizada pela população para comercialização tanto no Brasil, quanto em qualquer país. E, neste universo tão extenso, entraram as criptomoedas, conhecidas como moedas digitais, um recurso de pagamento digital que ganha adeptos em todos os continentes. Mas, se por um lado a tecnologia facilita a vida das pessoas, por outro, se não houver segurança jurídica para realizar as operações, a ferramenta pode ser usada para o crime, como é o caso das pirâmides financeiras que aplicam golpes, usando as criptomoedas como estratégia.

Para investigar esse tipo de crime que está acontecendo no país, foi criada na Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O deputado, Igor Timo, do Podemos Minas Gerais, integra a CPI e destaca que é necessário agir rapidamente para barrar esses golpes, antes que isso se torne algo corriqueiro.

“São 11 empresas a serem investigadas. Nosso papel é atuar de forma célere para punir e barrar este tipo de crime. Eles usam da fragilidade e da falta de conhecimento a respeito do assunto para iludir as pessoas com falsas promessas de renda alta. O golpe é aplicado para atrair pessoas que sustentam o esquema da pirâmide. Temos que cortar este mal pela raiz”, ressaltou Igor Timo. A previsão é que os trabalhos da Comissão sejam realizados em 120 dias. Os parlamentares irão realizar reuniões com especialistas, representantes de empresas e membros da

sociedade civil, além da análise de documentos e quebra de sigilos.

REGULAMENTAÇÃO DA MOEDA

A boa notícia em relação às moedas digitais é que entrou em vigor as regras estabelecidas no decreto 11.563, publicado pelo governo federal no dia 13 de junho. O dispositivo regulamentou a lei 14.478, de 21 de dezembro de 2022, que definiu o Banco Central (BC), como o órgão regulador do mercado de ativos virtuais no Brasil.

“A iniciativa é bem positiva, uma vez que as empresas que queiram atuar na prestação de serviços de ativos virtuais deverão primeiro receber autorização do Banco Central. A medida irá fortalecer, ainda mais, a segurança jurídica e proteger o consumidor contra os golpes”, explicou o parlamentar.

SUPLENTE DA CPI FUTEBOL

Além desta CPI, Igor Timo também integra a Comissão Parlamentar de Inquérito, como suplente, dos trabalhos que estão apurando os casos absurdos de Manipulação de Resultado em Partidas de Futebol, no Campeonato Brasileiro, que fez várias vítimas.

“As empresas de apostas devem implementar um sistema de compliance para evitar que manobras sujas como estas ocorram e prejudiquem quem tem um sonho de trilhar uma carreira brilhante no futebol, como o jogador Romarinho, a quem ouvi durante os trabalhos na CPI que investiga este caso”, declarou Igor Timo.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

PROJETO DE RENATA ABREU APLICA CASTIGO PENAL MAIS SEVERO CONTRA A VIOLÊNCIA ESCOLAR

A deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP) protocolou o Projeto de Lei 2389/2023, que aplica punição mais dura a quem cometer crimes de homicídio contra professor e estudante de até 14 anos. No caso de a vítima ser professor, a proposta da parlamentar altera o Código Penal para que se crie uma qualificadora (elementos previstos em um crime específico, que o enquadra em um tipo penal mais grave) para o crime de homicídio praticado contra profissional de Educação, no exercício da função ou em decorrência dela.

Se for aluno, o projeto de Renata Abreu estabelece que seja aplicada a Lei 14.344/22 (Lei Henry Borel), que considera como hediondo o assassinato de menores vítimas de violência doméstica. “Defendo que essa lei também endureça a pena de quem mata estudante, pois se trata de crime hediondo. E que o autor tenha sua pena de reclusão de 12 a 30 anos acrescida de 1/2 (metade) a 2/3 (dois terços) se o crime for praticado nas dependências de instituição de ensino ou em veículo de transporte escolar.”

Em sua justificativa pela aprovação da proposta, a deputada do Podemos-SP diz que a escola é um ambiente onde as crianças devem se sentir seguras e confiantes

para aprender, desenvolver habilidades e construir relacionamentos. Os professores desempenham papel fundamental na formação dos alunos, sendo responsáveis por guiar, instruir e apoiá-los em seu desenvolvimento.

“Infelizmente, temos presenciado o aumento da violência no ambiente escolar, incluindo casos extremos de homicídios de professores e alunos. Dada a gravidade desses crimes, é de suma importância que sejam tomadas medidas para aumentar a pena do crime de homicídio praticado contra professores e estudantes no ambiente escolar. Busca-se, com isso, desestimular tais atos e promover a segurança na comunidade escolar”, argumenta Renata Abreu.

Nos últimos 12 anos, 52 pessoas morreram em atentados em escolas brasileiras, segundo levantamento do site Poder360. O mais recente foi em dia 5 de abril deste ano em uma creche em Santa Catarina, onde 4 crianças foram assassinadas. O crime ocorreu menos de um mês depois que uma professora foi morta a facadas em uma escola estadual na Capital de São Paulo.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“É de suma importância que sejam tomadas medidas para aumentar a pena do crime de homicídio praticado contra professores e estudantes no ambiente escolar.”



“Estas ofensas e discriminações ocorridas no futebol, por exemplo, demonstram que o preconceito é algo que ainda envergonha a todos e que deve ser erradicado”

LÍDER PROPÕE AUMENTO DA PENA DE CRIMES DE INJÚRIA RACIAL EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Líder do Podemos na Câmara, o deputado Fábio Macedo (Podemos-MA) apresentou o Projeto de Lei 2739/23, que prevê aumento da pena para atos de racismo em competições esportivas, espetáculos, festas e cerimônias religiosas no Brasil. A proposição deve-se a uma escalada de casos de preconceito, observados em diversos eventos esportivos, principalmente no futebol, em que torcedores e até outros atletas tentam ofender o adversário a fim de desestabilizar os esportistas com injúrias raciais. Algo que, por exemplo, aconteceu com o jogador Vinícius Júnior, do espanhol Real Madrid, alvo recorrente de ofensa e até ameaças graves durante partidas exibidas mundialmente.

A proposta tem por objetivo dar mais rigor à lei, aumentando a punição daqueles criminosos que praticarem atos de injúria em locais como arenas esportivas, em exibição de show ou em templos religiosos. Na legislação atual, a pena prevista para injúria racial é de três a cinco anos de reclusão, além de multa. De acordo com o novo texto, a penalidade tem será aumentada para sete anos, sendo dobrada caso o crime seja cometido por duas ou mais pessoas.

Segundo o parlamentar maranhense, “uma das virtudes do esporte é unir culturas e povos, sem distinção de origem ou raça. Essas ofensas e discriminações ocorridas no futebol, por exemplo, demonstram que o preconceito

é algo que ainda que envergonha a todos e que deve ser erradicado definitivamente em nossa sociedade.”

INFELIZ RECORRÊNCIA

Segundo levantamento do Observatório da Discriminação Racial do Futebol, em 2022 foram registrados 90 casos de ofensas raciais, contra 64 em 2021. Um preocupante crescimento de 40%.

E, em janeiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.532, que tipifica a injúria racial como crime de racismo, cuja prática já era considerada delito no país, pela Lei 7.716, de 1989. O Regulamento Geral de Competições da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para 2023 indica punição a casos de discriminação, que pode variar de uma advertência até a perda de pontos por parte dos clubes.

No ano passado, a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) ampliou as punições por racismo em jogos de seus torneios. A multa mínima passou de R\$ 150 mil para R\$ 500 mil, com possibilidade de o clube acusado ter de atuar com parte das arquibancadas fechadas ou sem público. As medidas foram tomadas por conta de recorrentes ofensas a torcedores e atletas brasileiros em partidas internacionais.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

VITÓRIA! BRUNO GANEM TEM EMENDA APROVADA EM DEFESA DOS ANIMAIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No mês de junho, o deputado federal Bruno Ganem, do Podemos São Paulo, teve algumas conquistas significativas. Uma emenda de sua autoria foi aprovada em votação na Câmara dos Deputados. A medida aprovada garante que os beneficiários do programa 'Minha Casa, Minha Vida' possam morar com seus animais de estimação. Anteriormente, muitos desses beneficiários eram proibidos de ter animais e acabavam abandonando seus pets. Essa medida visa promover a convivência saudável entre as famílias e seus animais de estimação.

Além disso, o deputado também se destacou na causa animal ao apresentar um projeto em parceria com o deputado Felipe Beccari. Neste projeto, é proibido a criação de novos zoológicos e aquários e regras mais rígidas são estabelecidas para aqueles que já existem. Essa iniciativa busca garantir o bem-estar dos animais e evitar práticas inadequadas ou prejudiciais à fauna.

OUTRAS DEFESAS

Na bandeira do autismo, Ganem protocolou um projeto que determina a criação de espaços ou salas multissensoriais em aeroportos, com o objetivo de proporcionar acolhimento adequado aos passageiros autistas. Esses espaços seriam projetados para atender às necessidades específicas das pessoas no espectro autista, oferecendo um ambiente mais tranquilo e adaptado para que possam se sentir mais confortáveis durante suas viagens.

Essas iniciativas demonstram o compromisso do deputado Bruno Ganem em defender causas relevantes, como o direito dos animais e a inclusão de pessoas com autismo, por meio da apresentação de projetos que visam melhorar a qualidade de vida e garantir direitos fundamentais a esses grupos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

A man with short brown hair and glasses, wearing a blue suit jacket, a light blue shirt, and a dark patterned tie. He is holding a black microphone in his right hand and is speaking. He is wearing a watch with a white face and a dark strap on his left wrist. The background is dark and out of focus.

“Essa medida visa promover a convivência saudável entre as famílias e seus animais de estimação”



“Além de outros temas, a composição orçamentária do Ministério do Turismo deverá voltar a ser discutida de forma mais aprofundada pela comissão nas próximas reuniões”

ROMERO RODRIGUES AVALIA AUDIÊNCIA COM MINISTRA NA COMISSÃO DE TURISMO

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública com a presença da ministra do turismo, Daniela Carneiro, para discutir os planos e programas do Ministério do Turismo para este ano. Durante a reunião, a ministra apresentou as ações do governo federal para o setor, elencando as iniciativas e desafios para o fortalecimento do turismo brasileiro nos próximos anos, e também respondeu aos questionamentos dos membros da CTUR.

O presidente da CTUR, Romero Rodrigues fez uma avaliação positiva da participação da ministra na audiência e destacou que, além de outros temas, a composição orçamentária do Ministério do Turismo deverá voltar a ser discutida de forma mais aprofundada pela comissão nas próximas reuniões.

“Nós precisamos discutir uma proposta para pautar esse tema também no plenário da Câmara. Não se faz turismo sem recursos, o valor de R\$ 19 milhões apresentado pela ministra para ações estratégicas do ministério é irrisório. É muito inferior ao que cada município que realiza eventos de grande porte investe anualmente. O ministério terá todo o nosso apoio nessa demanda”, garante o deputado.

PERSPECTIVAS - Na primeira parte da audiência a ministra mostrou as previsões para o turismo no país este ano, que deve faturar mais de R\$ 750 milhões. Segundo Daniela Carneiro, o setor deverá movimentar

7,8% do PIB, gerando 7,9 milhões de empregos, ficando atrás apenas para a construção civil. Ela também detalhou as ações que estão em desenvolvimento na pasta, como incentivo à qualificação da mão de obra e a redução dos preços das passagens aéreas, além da recomposição orçamentária do Ministério do Turismo, que hoje conta com R\$19 milhões para áreas importantes como obras, apoio a eventos e promoção, por exemplo.

Ao final da apresentação, Daniela Carneiro respondeu às perguntas dos parlamentares e agradeceu o apoio dos deputados federais na aprovação de leis que incentivam o setor, como a MP 1.138, que beneficia as agências de turismo, operadoras e cruzeiros marítimos reduzindo o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Ela também destacou a aprovação da MP 1.147, que deu continuidade ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, o Perse, e reduziu a zero as alíquotas do PIS e Cofins do setor aéreo.

“Temos que potencializar o turismo do nosso Brasil. Este é o momento! Vamos colocá-lo no lugar que ele merece. A parceria com o Congresso Nacional é de suma importância para isto e parabéns todos os parlamentares que têm esse olhar, que reconhecem o Turismo como uma grande potência que precisa ser de fato valorizado”, diz a ministra.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

ARTIGO

SÃO JOÃO DO NORDESTE RESISTE, MAS PRECISA DE INVESTIMENTOS

Durante o mês de junho, o comércio e a rede serviços em Campina Grande, na Paraíba, faturam mais que no Natal. São cerca de R\$ 300 milhões injetados na economia local no período. O milagre se deve aos festejos dos santos juninos Santo Antônio, São João e São Pedro. A cidade inteira se envolve na realização do maior São João do Mundo, festa que dura 30 dias, com grandes atrações musicais, e atrai cerca de dois milhões de pessoas todos os anos para o evento. Outras cidades nordestinas, como Caruaru (PE), Aracaju (SE), Salvador (BA), Mossoró (RN) e São Luís (MA), também realizam grandes festas juninas, gerando um impacto significativo no turismo e na economia da região.

O São João do Nordeste é um ímã para turistas de todo o país e até mesmo do exterior. O aumento do turismo em junho gera uma demanda por serviços e produtos, impulsionando diversos setores da economia local. A hotelaria, a gastronomia, o transporte, o comércio de artesanato e os produtos típicos, bem como os serviços de entretenimento, experimentam um crescimento significativo durante esse período. A contratação de mão de obra temporária e a movimentação do mercado impulsionam o desenvolvimento socioeconômico da região.

Além do impacto econômico, o São João do Nordeste contribui para a preservação e valorização da cultura, mantém viva a tradição dos costumes, danças, músicas e comidas típicas da região. A participação ativa dos moradores, artistas regionais e grupos folclóricos fortalece a identidade cultural do nosso povo, gerando um sentimento de pertencimento e orgulho em relação às raízes culturais.

No entanto, o São João do Nordeste ainda precisa ser consolidado como uma estratégia de governo para alavancar o turismo na região. É preciso que o governo federal invista em infraestrutura e na ampliação de voos regionais, por exemplo. Falta também incentivos à formação de mão de obra especializada voltada para o turismo e, sobretudo, ações de promoção e divulgação dos festejos. O potencial do São João é imenso, mas não dá mais para ficarmos pulando a fogueira da falta de investimentos federais no nosso maior patrimônio cultural.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br      @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos19

 **podemos**
CÂMARA